

Sobre a participação política dos católicos nas eleições

Neste ano realizam-se eleições municipais em todos os municípios brasileiros. Trata-se de uma oportunidade de renovação da vida política administrativa e legislativa local.

A importância destas eleições coloca um grande desafio para os cristãos, podendo ter a Igreja Católica grande influência na motivação de uma renovação política que possibilite as transformações necessárias no país. A Igreja Católica não tem partidos ou candidatos, em vista de sua nobre missão de Jesus. É vontade dele que todos sejamos unânimes (“Pai, que todos sejam um” – João 17,1) na promoção do bem, que é agir de acordo com sua vontade. Daí a exortação de S. Paulo, na sua carta aos hebreus: Que “o grande Pastor de ovelhas, nosso Senhor Jesus, vos torne aptos a todo bem para fazer a sua vontade” (Heb. 13, 20-21).

Justamente com o desejo de viver segundo a vontade do Senhor, adquirimos na Igreja do Brasil uma consciência relativamente forte não só da oportunidade, mas até mesmo da necessidade do engajamento político cristão, decorrente de sua fé.

A experiência nos tem mostrado que o exercício da Política, apesar dos reveses, é carregado de esperança. Pois continuamos a considerar a gestão pública uma “nobre” arte. Continuamos confiando em eleições sempre mais seletivas, e em pessoas sempre mais bem preparadas e bem intencionadas. Assim, o otimismo de Paulo VI frente à política, chega a ser uma expressão de confiança nos homens e mulheres de nosso tempo, quando afirma que **“A política pode ser uma das melhores expressões da caridade fraterna”**.

O voto é uma forma especial de participar diretamente das escolhas políticas. Por meio dele, cada pessoa dá sua própria contribuição à construção do bem comum; portanto de modo algum é lícito vendê-lo ou trocá-lo por favores pessoais. “Voto não tem preço, tem consequências”. Considere-se, portanto, a importância do voto para a construção de uma realidade justa.

Para assim agir, faz-se necessário observar as propostas que cada candidato e seu partido têm e se são coerentes com o bem comum. Todos têm acompanhado os escândalos de corrupção por alguns políticos, com os desvios de verbas que seriam para a saúde, educação e moradia. Portanto, use seu voto como exercício de sua cidadania, em prol da vida e da democracia.

E católicos atuantes na Igreja podem ser candidatos! É claro eu podem, sim. O que não deve acontecer é misturar política partidária com religião. O que não pode é querer achar que todos os membros de suas pastorais votem neste e naquele candidato. O que não pode também é querer trazer seu partido para dentro da Igreja, na intenção de colher votos. O voto é livre!

A Igreja não faz restrição à participação política do laicato. Reconhecendo a importância desse engajamento, ensinou João Paulo II “... os fieis leigos... têm o direito e o dever de participar na política, embora em diversidade e complementaridade de formas, níveis [...]”.

É louvável a também participação dos leigos engajados em ministérios especiais na comunidade. O católico pode entrar na política para defender os valores cristãos: para defender a vida desde a sua concepção até o seu ocaso natural: e ainda para defender a família, segundo planos de Deus.

Porém, aos candidatos que exercerem algum tipo de ministério especial na Igreja, caso, por exemplo, de coordenadores de comunidade, ministros extraordinário da comunhão, pedimos entregar os cargos durante o pleito para evitar conflitos desnecessários. Aqui pensamos na Igreja como ponte de unidade.

O católico leigo preparado pode e deve estar na política não, primeiramente, como meio de ganhar bom salário e privilégios, mas, sobretudo, para fazer da política aquilo que ela é: “arte do bem comum”.

Encerrado o processo eleitoral, cada um deve fazer uma reflexão sobre o assunto e procurar acompanhar a trajetória dos vencedores com atenção, mas também com a oração. E aqui nos lembramos de S. Paulo, quando exortou: “Peço que façam súplicas, orações, intercessões, e ações de

graças, por todas as pessoas, pelos reis e autoridades em geral, para quem levem uma vida calma, tranquila, com toda piedade e dignidade” (1Tm 2, 1-2).

Petrolina, 19 de julho de 2012

D. Manoel Reis de Farias

Conselho Presbiterial